



IX CONGRESSO PORTUGUÊS DE SOCIOLOGIA Portugal, território de territórios

ÁREA TEMÁTICA: Sociologia da Educação [ST]

EDUCAÇÃO INFORMAL E EXPERIÊNCIA MIGRATÓRIA: INVESTIGAÇÃO SOBRE SENIORES RESIDENTES EM VIANA DO CASTELO

CACHADINHA, Manuela;

Doutora em Educação; Instituto Politécnico de Viana do Castelo; mcachadinha@ese.ipvc.pt

Resumo

Nas sociedades atuais a educação assume um papel de importância estratégica. A literatura na área das ciências sociais e das ciências da educação coloca em evidência a importância da educação ao longo da vida. Também se verifica que outros dois fenómenos caracterizam as sociedades do presente: o envelhecimento demográfico crescente e a globalização económica e cultural que se expande a todas as áreas do mundo. A globalização implica, entre outras coisas, um movimento de pessoas que migram de e para diferentes pontos do globo. Portugal tem uma população com vasta experiência migratória e tem também uma população cada vez mais envelhecida, sendo as gerações dos mais velhos as menos escolarizadas. Efetuamos uma investigação, à luz de pressupostos teóricos construtivistas e do curso de vida, sobre um grupo de seniores com passado migratório, atualmente residentes no espaço urbano da cidade de Viana do Castelo. No contexto da referida investigação, recolhemos informação através de entrevistas, onde nos foram narradas experiências de vida migratória e aprendizagens feitas, onde nos foram relatadas situações de vida e aspirações na atualidade. Procuramos perceber quais foram as aprendizagens feitas pelos seniores, através da educação informal, durante as suas trajetórias de vida, e como é que tais aprendizagens podem ter contribuído para as situações de elevada autonomia detetadas. Concluímos que a experiência migratória e intercultural influencia o envelhecimento autónomo.

Abstract

In modern societies education plays a role of strategic importance. The literature in the social sciences and the sciences of education highlights the importance of education throughout life. Also notes that two other phenomena characterize present societies: the increasing aging population and the economic and cultural globalization that expands to all areas of the world. Globalisation implies, among other things, a movement of people who migrate to and from different parts of the world. Portugal has a population with extensive migration experience and also has an increasingly aging population, and the generations of older less educated. We have carried out an investigation in the light of constructivist theoretical assumptions and course of life, about a group of seniors with migratory past, currently residing in the urban area of the city of Viana do Castelo. In the context of that investigation, we collect information through interviews where we were narrated experiences of migratory life and learning made where the situations were reported in life and aspirations today. We seek to understand what were the learning made by seniors, through informal education during their life trajectories, and how such learning may have contributed to situations of high autonomy detected. We conclude that the migratory experience and intercultural influence the autonomous aging.

Palavras-chave: Educação; interculturalidade; migração; envelhecimento.

Keywords: Education; interculturalism; migration; aging.

[COM0240]

1. Introdução

A educação constitui uma dimensão basilar das sociedades atuais que adquire uma importância crescente quer nos países mais desenvolvidos socioeconomicamente quer nos países em desenvolvimento. Falar da importância da educação implica refletir sobre por que razão ela se tornou tão fundamental para as pessoas e para as sociedades e requer também alguma análise sobre o que mudou recentemente nas sociedades contemporâneas.

As sociedades do mundo atual têm vindo a envelhecer, sobretudo nos países desenvolvidos, tal como o têm demonstrado diversas fontes estatísticas e bibliográficas na área das ciências sociais. A análise das situações e implicações do envelhecimento populacional assume uma crescente relevância científica e social pois a sociedade tem alguma dificuldade em lidar com esta situação. O envelhecimento demográfico tem as características de problema justamente porque existe a referida dificuldade. A existência de uma população sénior em crescimento e cada vez mais longeva lança novos desafios aos sistemas de saúde, aos sistemas educativo, aos sistemas de segurança social e à sociedade no seu conjunto.

A população sénior pode constituir um problema social, sobretudo quando existem situações de dependência física e/ou carência económica e social. O problema da dependência de um crescente número de pessoas idosas assume uma maior visibilidade social e requer intervenções políticas e comunitárias. O envelhecimento requer novos programas educativos e culturais no sentido de precaver a dependência e fomentar a autonomia. Entende-se que o envelhecimento bem-sucedido requer a manutenção da autonomia.

Paralelamente ao fenómeno do envelhecimento demográfico verifica-se, presentemente, uma crescente globalização económica e cultural acompanhada por fenómenos migratórios que implicam um número crescente de pessoas de diferentes países e culturas. Esta situação acarreta mudanças sociais e culturais e tem implicações na educação formal e informal. Neste contexto a educação multicultural e intercultural adquire maior relevância e visibilidade.

Portugal que foi tradicionalmente um país de emigração passou a ser também, nos anos mais recentes, um país de imigração, verificando-se hoje a existência de um elevado número de residentes no nosso país provenientes de outras áreas geográficas. Também muitos dos portugueses que há décadas tinham emigrado, regressaram para aqui viverem a aposentação.

Este artigo pretende apresentar alguns dos resultados de uma investigação por nós efetuada sobre um grupo de seniores com passado migratório e intercultural e residentes na cidade de Viana do Castelo. Procuramos refletir sobre a forma como a aculturação e as aprendizagens efetuadas ao longo do percurso migratório influenciaram a autonomia durante o envelhecimento assim como aquilo que hoje se designa envelhecimento bem-sucedido.

A metodologia selecionada para a realização da nossa investigação é predominantemente qualitativa, com recurso à entrevista semiestruturada como técnica de recolha de informação. Todos os indivíduos entrevistados durante a investigação têm um passado migratório e experiência intercultural.

2. Modelo de análise e referenciais teóricos privilegiados

No contexto do que antes referimos, a investigação efetuada partiu da seguinte questão central: “Quais os fatores interculturais que têm influência num envelhecimento autónomo?”

Vários têm sido os autores que têm colocado em evidência a importância da relação entre educação, cultura e autonomia.

O tema da autonomia aparece na literatura académica, em alguns casos, vinculado à ideia de participação social, e, em outros, vinculado à ideia de ampliação da participação política no que toca à descentralização e desconcentração do poder (Martins, 2001; Ollivier, 2005).

Sinteticamente, a autonomia é a capacidade de uma pessoa ou de uma comunidade para tomar as decisões que a afetam, construindo as suas próprias regras, refletindo sobre as consequências de suas ações, assumindo responsabilidades. Ora, numa perspectiva política, não há outra maneira de tornar-se autônomo que não pela experiência própria da democracia (Ollivier, 2005).

O indivíduo (independente da idade que tenha) só pode alcançar a autonomia se progressivamente ele tiver a possibilidade e/ou oportunidade de tomar as decisões sobre os assuntos que o afetam.

O cidadão, independentemente da idade, é tanto mais autônomo quanto mais consiga decidir a sua vida e fazer aquilo que é de sua livre vontade (livre arbítrio).

Tal como refere Faleiros (2013), a articulação entre relações sociais, autonomia e proteção representa um paradigma de vinculação entre o contexto, o ambiente, a perceção da pessoa, o modo de vida e as atitudes diante das dificuldades, provenientes tanto do envelhecimento normal como do envelhecimento excecional ou patológico.

Ainda segundo o mesmo autor, a autonomia significa consciência, capacidade e possibilidade relacional para tomar decisões a respeito de si e da sua relação com o mundo, de maneira interdependente, num contexto sociopolítico-cultural e como sujeito social e político, com expressão aos diferentes níveis da sociedade.

A autonomia está relacionada, simultaneamente, com a capacidade funcional e com a vida em sociedade. Esta interdependência entre o conceito de autonomia, a capacidade funcional e a vida social e política "considera que o ser humano é também um sujeito político" (Faleiros, 2013, p. 36).

Neste contexto, "quando a incapacidade pessoal se liga à falta de apoio social, seja da família seja das políticas públicas, configura-se uma deterioração ou precarização da própria autonomia, pois ela é exercida em condições de vida e de superação que propiciam o enfrentamento de incapacidades (ob. cit., p. 37).

Tomando como ponto de partida o referencial psicodinâmico, a autonomia engloba várias facetas, entre as quais se destacam a internalização de um sistema pessoal e abstrato de valores; a capacidade de assumir responsabilidades e tomar decisões sem depender demasiadamente da aprovação e expectativas exteriores; a capacidade de projetar realisticamente o futuro; a capacidade de aceitação realística, não só dos outros como também de si próprio (Dias, 1996, referido em Ramalho, 2003).

São raras as investigações que fazem uma abordagem simultânea das diferentes dimensões da autonomia. Mas, após a revisão da literatura, verificamos que importa reter que a autonomia envolve capacidades físicas, instrumentais, sociais, culturais e políticas.

As crianças, os jovens, os adultos e os seniores vivem hoje em sociedades multiculturais. Carecem de uma educação intercultural de forma a conseguirem uma integração plena no mundo em que vivemos. Acresce que muitos dos seniores residentes atualmente em Portugal e em Viana do Castelo são portadores de experiências migratórias e interculturais. Viveram largos anos noutros países para os quais emigraram, estando hoje de regresso para aqui viverem a aposentação.

Alguns autores têm colocado em evidência o contributo da experiência migratória e intercultural para o desenvolvimento da identidade e da cidadania. A experiência intercultural promove o desenvolvimento da responsabilidade social, permitindo também que as pessoas retornem com a sua cidadania ampliada (Sebben, 1997).

Outros autores (Alencar-Rodrigues, Strey & Pereira, 2007) tiveram a preocupação de caracterizar e estudar a "experiência migratória", procurando analisar as implicações de tais experiências no posicionamento face à cultura e sociedade de origem.

Entende-se por experiência migratória o ter fixado residência durante um certo tempo noutro país ou numa outra cidade com características socioeconómicas e culturais diferentes das da área geográfica de origem. Como resultado da experiência migratória, identifica-se que morar no exterior possibilita descobertas

peçoais, amadurecimento, ampliação da autonomia e desenvolvimento do espírito crítico. Apresenta-se também que a experiência migratória pode gerar dificuldades de adaptação na nova cultura e no retorno (ob. cit.).

Na sequência da revisão de literatura efetuada, iremos então verificar, através da observação e análise da realidade concreta, em que é que essa experiência de migração para outros países ou áreas culturalmente diversas das de origem, contribui (ou não) para a construção de vivências autónomas.

Construímos um modelo de análise para a nossa investigação que inclui elementos retirados, essencialmente, de três quadros teóricos fundamentais:

- O **quadro teórico construtivista** (composto por um conjunto de teorias). Como já foi referido anteriormente, relativamente ao objeto de estudo estas teorias tornam relevante: 1) a descrição e a compreensão dos processos individuais do envelhecimento, nomeadamente da influência neste processo das estruturas sociais e das interações; 2) o estudo dos aspetos relativos a cada situação e construtivos dos significados sociais do envelhecimento; 3) o estudo sobre a evolução das conceções sociais do envelhecimento.

Concretamente, Gubrium & Holstein (1999) salientam como exemplos de trabalhos mais atuais sobre o envelhecimento a aplicação das etnometodologias na investigação das estratégias dos idosos na sua vida quotidiana, a análise de histórias de vida e de narrativas sobre a forma como os seniores vão construindo as suas significações e vivenciando as suas experiências e a análise do modo como, em contextos culturais e sociais específicos e diferenciados, os seniores constroem o seu envelhecimento e a sua vida.

- A **teoria do curso de vida** (*life course*). Como já referimos num capítulo anterior, trata-se de uma conceção teórica que assenta nas interações pessoa/ambiente, nas conceções de estratificação e nas mudanças ocorridas com a idade e com os acontecimentos de vida.

Na lógica da teoria do curso de vida, predomina a conceção dinâmica e dialética, quer seja a nível individual quer seja a nível das relações de grupo.

Um aspeto importante desta conceção é perceber que o envelhecimento não pode ser compreendido apenas em função do envelhecimento imediato e visível nos últimos ciclos de vida, mas que deve ser entendido em função dos ciclos prévios, nomeadamente do início da vida adulta, e dos seus efeitos sobre saúde e a integração social.

No contexto desta conceção teórica, há conexões entre os diversos ciclos ou fases de vida e devem ser particularmente estudados os momentos de transição (escola, início da vida laboral, casamento, momento da emigração, nascimento dos filhos... reforma).

Posteriormente, em cada contexto social e cultural devem ser analisadas as conceções sociais que determinam as conceções individuais e que levam a que alguém avalie a sua idade de uma determinada maneira.

"A adoção da perspetiva do curso de vida permite ainda analisar o envelhecimento como resultante de trajetórias anteriores, especialmente as que relevam do campo profissional. A ocupação do tempo durante a inatividade, a partilha de sociabilidades, o envolvimento em atividades coletivas ou a prossecução de interesses pessoais, dependem, em grande parte, dos condicionalismos cognitivos, motivacionais, sociais e de saúde, que se desenvolvem ao longo das biografias pessoais, tendo como pano de fundo enquadramentos geracionais e históricos precisos. Estes enquadramentos delimitam o campo do processo de envelhecimento, estabelecendo determinações e condicionando opções" (Cabral et al., 2013, p.18).

Resumidamente, para a Teoria do Curso de Vida o envelhecimento é dinâmico (tem a ver com as mudanças relacionadas com a idade e com os percursos de vida), é contextualizado (o contexto molda o processo de

envelhecimento e tem significados culturais) e a própria história molda o processo de envelhecimento seja a nível individual, grupal ou social.

- A **teoria da atividade**. Esta perspetiva começou a ser aprofundada no final dos anos 60 por Havighurst (1968). Este autor defendeu que o fim das atividades físicas e mentais por via do envelhecimento estaria associado a patologias psicológicas, a atitudes e comportamentos de isolamento social.

Segundo a lógica desta teoria, o “bom envelhecimento” seria possível se o sénior reformado mantivesse níveis de atividade equivalentes aos que teve durante a vida ativa.

Deve referir-se nesta conceção teórica, a importância dos idosos substituírem os papéis sociais à volta dos quais foi construída a sua vida enquanto adultos ativos e que foram perdidos durante o processo de envelhecimento, por outros, novos, igualmente gratificantes para os sujeitos.

Essencialmente, esta teoria assume que embora se verifiquem mudanças físicas e psicológicas durante o envelhecimento, persistem as mesmas necessidades de sociabilidade e de funcionalidade ativa. Nesta lógica, a atividade desenvolvida pelos idosos contribui para a qualidade de vida durante o processo de envelhecimento e contribui também para a manutenção da própria autonomia.

A teoria do envelhecimento ativo transformou-se, nos anos mais recentes, num paradigma muito divulgado pelas organizações internacionais (ONU, OMS).

Tal como refere Cabral *et al.* (2013), o paradigma do envelhecimento ativo surge também como um processo de intervenção na sociedade voltado para a mudança da condição do idoso, procurando simultaneamente responder aos problemas do aumento da longevidade.

Na mesma ótica, "o envelhecimento ativo convida a reformular a articulação entre a atividade e a reforma, entre o trabalho e a saúde, entre a participação e a exclusão, enfim, convida a que se caminhe para uma sociedade sem discriminações em torno da idade" (ob. cit. 17).

Quisemos construir um modelo que conseguisse sistematizar alguns pontos de consenso teórico sociológico no que concerne ao tema “educação e envelhecimento”.

3. Caracterização sociodemográfica do grupo de seniores estudados

O grupo de seniores por nós estudados engloba 25 indivíduos dos quais, 13 são do sexo feminino e 12 do sexo masculino. Neste grupo, a repartição por idades apresenta-se da seguinte forma: as idades variam entre os 60 e os 91 anos, sendo que 11 têm entre 60 e 69, outros 11 têm entre os 70 e os 79 e 3 têm 80 ou mais anos.

No que se refere ao estado civil, verifica-se que, no nosso grupo de 25 sujeitos, 21 são casados, 3 são viúvos e 1 é divorciado. Quanto ao número de filhos, a situação dos nossos entrevistados varia entre um mínimo de 1 filho e um máximo de 5. O número de netos varia entre 0 e 11.

Relativamente aos níveis de escolarização, podemos dizer que elas variam entre um mínimo de "sem escolarização" (1 indivíduo) e um máximo de "mestrado" (1 indivíduo). Neste indicador, agrupando os indivíduos em níveis de escolaridade, verificamos que temos no nosso grupo de informantes 4 pessoas detentoras de cursos do ensino superior, 8 pessoas com escolaridade entre o 9º e o 12º anos, 12 pessoas com uma escolaridade de 3ª e 4ª classe (atualmente, 3º e 4º ano do ensino básico) e 1 pessoa sem escolarização.

Atendendo à repartição dos entrevistados por área geográfica de residência, verificamos que todos os indivíduos residem dentro da área urbana da Viana do Castelo.

Quanto à situação de residência verificamos também que 20 dos nossos informantes residem com familiares e apenas 5 residem sós. No nosso grupo, os que declaram residir sós são 3 viúvos, uma divorciada, e um casado. Estes indivíduos que residem sós têm todos mais de 73 anos.

Importa referir que ao longo do processo de envelhecimento, o curso de vida das pessoas conhece mudanças profundas. Na generalidade das situações, passa-se de uma vida familiar para uma vida a dois e, depois da viuvez/divórcio ou separação, a uma vida a sós - uma tendência que tem vindo a acentuar-se nas últimas gerações (Aboim, 2003). A observação do nosso grupo de revela que a maior parte das pessoas reside com familiares, sobretudo com um cônjuge. As pessoas que vivem atualmente sozinhas viveram em família durante uma parte do seu curso de vida, com extensões variadas.

Tal como refere Cabral *et al.* (2013), na senioridade o facto de viver só é frequentemente associado à solidão e isolamento. A ideia de que as pessoas mais velhas estão simultaneamente separadas dos outros e dependentes deles, sobretudo quando está em causa a capacidade cognitiva e/ou funcional, faz com que a vida a sós seja percebida como um problema social. Ainda que a vida a sós não constitua um quadro de vida exclusivo do grupo etário dos idosos, a vivência dessa situação na senioridade não é necessariamente idêntica à dos grupos etários mais jovens.

4. Caracterização do grupo quanto à autonomia e quanto ao bem-estar

Podemos desde já afirmar que a autonomia dos nossos informantes é elevada. Para fazermos a afirmação precedente baseamo-nos das respostas dadas pelos sujeitos às questões colocadas.

Quanto às respostas dadas à questão "Necessita de ajuda para cuidar de si mesmo?", 24 responderam "Não necessito de ajuda nenhuma" e apenas 1 respondeu "Necessito às vezes de ajuda em tarefas de cuidados pessoais".

Relativamente às respostas dadas ao item "Pensando sobre a forma como se movimenta em casa e na rua", 22 responderam "Movimento-me em casa e na rua sem qualquer dificuldade", 3 responderam "Tenho dificuldade em movimentar-me sozinho tanto em casa como na rua".

Quanto às respostas dadas à pergunta "Necessita de tratamentos de saúde regulares?", 8 responderam "Não necessito de tratamento de saúde regular; 11 responderam "Às vezes vou ao médico mas não necessito de apoio médico regular"; 3 responderam "Necessito de apoio médico regular"; 3 responderam "A minha vida depende de tratamento médico regular".

Através da análise das respostas dadas pelos inquiridos e conjugando com os critérios de avaliação usados internacionalmente, podemos dizer que o nível de autonomia na realização das tarefas básicas da vida diária (cuidados pessoais e arranjo doméstico) é muito elevado.

O nível de autonomia em termos de mobilidade e em termos de condições de saúde é também elevado. Recordamos que no contexto dos 25 inquiridos apenas 3 manifestaram que tem dificuldade em movimentar-se sozinhos em casa e na rua e que a sua vida depende do tratamento médico regular.

A rede de suporte familiar revela-se de grande importância e significado para os nossos entrevistados pois a maioria, dos que necessitam de algum apoio, recorre a elementos da família quando necessita de ajuda para realizar determinadas tarefas domésticas e de cuidados pessoais.

Da referida situação de autonomia decorrem também situações de elevada satisfação com a condição de vida tal como podemos concluir das respostas dadas a diversas questões colocadas aos entrevistados.

Relativamente ao "Pensando na sua vida e na forma como vive", 10 responderam "Acho que está tudo muito bem e como queria"; 14 responderam "Há muita coisa agradável mas penso que poderia ser melhor" e 1 respondeu "faltam-me muitas coisas que poderiam contribuir para o meu bem-estar".

Percebemos, pelas respostas que nos foram dadas como justificação do bem-estar, que a questão da saúde e da autonomia nas tarefas básicas na vida diária aparece como elemento justificador quase constante. Também a questão da independência económica constitui outro dos elementos referidos por alguns.

No bloco de questões concernente à satisfação com a vida, é relevante assinalar que as respostas dadas ao item "Que pensa sobre a vida que tem atualmente e sobre a forma como a vive?" vêm reforçar a ideia de que a maior parte dos nossos entrevistados estão satisfeitos com a vida que têm. Transcrevemos agora algumas das respostas dadas à referida questão e que demonstram a satisfação com a vida presente.

E3- "Gosto da vida que tenho e da forma como a vivo. Esforço-me pela coerência das minhas atitudes e por cumprir as minhas obrigações particulares e sociais".

E4- "Penso que é uma vida normal e sem muitos sobressaltos".

E5- "Sinceramente, penso estar bastante satisfeito com a minha vida atual neste momento e não sinto qualquer necessidade de a alterar, substancialmente".

E6- "Como me encontro na situação de aposentada, tenho algumas saudades dos relacionamentos da vida ativa. Ainda estou em fase de adaptação face a esta nova realidade".

E7- "Estou satisfeita com o que ainda faço e contente por poder ser avó de duas netas mais novas, já que das netas mais velhas, por trabalhar, não fui verdadeiramente avó".

5. Identificação da experiência migratória dos sujeitos na sua história de vida

Um dos objetivos da nossa investigação consiste em identificar a experiência migratória dos sujeitos na sua história de vida. Para atingir o mencionado objetivo, incluímos no nosso "guião de entrevista" um bloco com perguntas relativas ao passado migratório dos entrevistados. As questões colocadas destinaram-se a obter informações e narrativas sobre os momentos de migração e sobre a experiência vivida pelos entrevistados.

Relativamente ao passado migratório dos nossos informantes destaca-se a variedade dos percursos sendo que poderemos agrupar essas trajetórias em três grandes grupos, correspondentes a diferentes **áreas geográficas de migração**: um grupo que emigrou para França, um outro grupo que esteve migrado nas nossas ex-colónias (Angola, Moçambique e Índia) e um outro grupo que esteve migrado nas nossas maiores cidades do litoral (Lisboa, Porto, Coimbra).

No grupo dos entrevistados que estiveram migrados em França encontramos 10 sujeitos. No grupo dos que estiveram migrados nas ex-colónias encontramos 8 indivíduos. No grupo dos que estiveram migrados em cidades portuguesas encontramos 12 indivíduos.

Dentro dos três grandes grupos encontramos subgrupos de pessoas que acumularam diferentes experiências migratórias: nas ex-colónias e numa grande cidade portuguesa, numa ex-colónia e no estrangeiro e no estrangeiro e numa cidade portuguesa. Neste ponto devemos esclarecer que 5 dos nossos entrevistados estiveram migrados em diferentes locais pelo que incluímos 5 indivíduos em mais do que um dos referidos grupos.

Quanto aos tempos ou duração do período de migração dos nossos informantes eles variam, globalmente, entre os 2 e os 55 anos.

Após a análise dos discursos dos entrevistados percebemos que, mesmo nos casos em que a migração durou menos anos, essa experiência deixou marcas significativas em termos de amigos que se mantiveram e em termos de aprendizagem pessoal e profissional.

Do conjunto das narrativas produzidas pelos sujeitos sobre as suas histórias de vida, conseguimos extrair 3 grandes tipos de perfis, em termos do **momento e razão da migração**: um perfil em que a migração aconteceu durante a infância e juventude para acompanhar a saída da família (neste caso, os sujeitos acompanhavam os pais e começaram por estudar no local de migração e só depois iniciaram a vida laboral), um outro perfil em que a migração aconteceu já na vida laboral e adulta com o objetivo de o próprio informante ir trabalhar, e um outro grupo em que a migração aconteceu devido sobretudo à guerra colonial.

6. Os diversos olhares sobre o envelhecimento

6.1. A perspectiva dos mais escolarizados

Atendendo agora às respostas dadas à questão "Acha que durante a sua vida teve educação ou preparação para lidar com a situação atual de pessoa reformada e com mais idade?" pelos informantes com escolarização mais elevada (acima do 9º anos), cabe referir que uma parte relevante destes sujeitos diz que durante a sua vida se foi preparando para a situação de reformado (a) embora não tivesse participado em formações escolares (cursos) específicas para o envelhecimento e para a situação de reforma.

Percebe-se no discurso destas pessoas que a preparação foi acontecendo com o decorrer das vicissitudes e acontecimentos vividos durante a existência e de forma progressiva. Apenas dois dos entrevistados referem rotundamente a sua não preparação para lidar com a situação de reforma. Um destes indivíduos apresenta maiores dificuldades relativamente à sua mobilidade física o que constitui certamente um fator explicativo para a maior dificuldade em lidar com a vida presente.

Os discursos produzidos pelos nossos inquiridos mais escolarizados colocam em relevo uma progressividade experiencial na preparação para a situação vivida na fase de reforma. As situações decorrentes dos problemas com a saúde apresentam-se como as de maior dificuldade vivencial e como as de mais difícil aceitação.

6.2. A perspectiva dos menos escolarizados

Procedendo à análise das respostas dadas pelos entrevistados menos escolarizados ao item do guião de entrevista, relativo à sua preparação para a situação de aposentação e reforma, verificamos que alguns destes nossos entrevistados associaram a questão aos quantitativos monetários recebidos dos organismos financiadores das reformas. O mesmo não aconteceu com os nossos entrevistados com escolarização mais elevada. Sobre o assunto das expectativas económicas prévias para a situação, sobressai a expectativa prévia de recebimento de uma pensão maior. É de salientar que este grupo de entrevistados é também aquele conjunto de informantes que auferem pensões mais baixas.

A generalidade das respostas dadas pelos entrevistados menos escolarizados, e quando não associam esta pergunta aos montantes monetários, não difere substancialmente das respostas fornecidas pelos entrevistados mais escolarizados. Ambos os grupos (os mais e os menos escolarizados) fazem alusão à preparação para a velhice/reforma que adveio da experiência de vida e do percurso pessoal.

Nos discursos produzidos pelos nossos entrevistados menos escolarizados sobre a sua preparação para a situação de reforma sobressai também a progressividade da adaptação à situação de reformado(a) e a dificuldade na aceitação e vivência das situações de doença.

As situações decorrentes dos problemas com a saúde apresentam-se como as de maior dificuldade vivencial e como as de mais difícil aceitação quer para os mais escolarizados quer para os menos escolarizados.

Conjugando os níveis de escolarização com as profissões exercidas durante a vida ativa e com os montantes das pensões recebidas podemos dizer que o subgrupo dos entrevistados com menos escolarização é também aquele que é composto por pessoas dos estratos sociais mais baixos. Neste contexto, é de assinalar a não diferenciação na forma de preparar a velhice em função do estrato social de pertença dos nossos entrevistados. Nos indivíduos inquiridos, independentemente do estrato social a que pertencem, a preparação para a senioridade foi acontecendo durante o curso de vida.

7. O passado migratório e as vivências da senioridade

Analisando o passado migratório dos nossos informantes e relacionando tal passado com as atuais vivências da situação de reforma e da senioridade, verificamos que não existe, aparentemente, uma relação direta entre o local geográfico onde se esteve migrado e a vivência atual da situação de reforma e senioridade.

Neste contexto, atendendo aos discursos produzidos pelos nossos entrevistados com um passado migratório mais longo salienta-se a situação de satisfação com a situação vivida, sendo que aquilo que é apontado como podendo ser melhor é a saúde.

Analisando os discursos produzidos, a generalidade dos nossos entrevistados com menos tempo de migração refere que há muitas coisas agradáveis nas suas vidas mas que elas poderiam ser melhores. Sobre o que poderia ser melhor referem a saúde, a necessidade de conhecer ou estar noutros lugares, a falta de tempo para desenvolver alguma atividade preferida e a preocupação com a situação social, nomeadamente, a das pessoas idosas. É de salientar que dentro deste grupo que migrou menos tempo encontramos sujeitos com uma escolarização mais elevada do que no grupo que esteve mais tempo migrado. O que acabamos de referir tem certamente que relacionar-se com as condições de vida e a situação dos emigrantes durante o tempo de migração.

Passando a analisar as afirmações produzidas sobre as respetivas vidas com a origem dos rendimentos (reformas) recebidos, procuramos verificar se existiria alguma diferença na satisfação com a vida em função de se receber ou não uma reforma proveniente do estrangeiro. Para tal agrupamos as narrativas em dois grupos: um que recebe apenas pensões portuguesas e outro que recebe pelo menos uma pensão do estrangeiro.

No conjunto de seniores que recebem pensões do estrangeiro encontramos uma grande diversidade nos montantes monetários auferidos por estes pensionistas e encontramos também uma atitude de conformismo com a situação vivida. Alguns referem o gosto que teriam em estar mais próximos dos filhos e dos netos.

É de salientar que no conjunto dos inquiridos que auferem pensões provenientes de Portugal também se verifica uma grande disparidade nos montantes monetários recebidos. Nota-se também que estes informantes estiveram sobretudo migrados nas cidades portuguesas e nas ex-colónias. Neste grupo, os poucos que estiveram no estrangeiro fizeram-no na primeira fase da vida e a migração aconteceu sobretudo para acompanhar os pais. No conjunto destes informantes, a maior parte da vida laboral foi passada em território português (ou sob o domínio de Portugal na época da migração).

8. Conclusões

Verificamos que a experiência cultural e educativa gerada e/ou desenvolvida durante os períodos da vida em que se emigrou/migrou deixou marcas muito significativas e muito recordadas/narradas pelos nossos informantes. Nas narrativas analisadas sobressaem a importância e as consequências (profissionais, culturais, familiares e económicas) que a migração teve para os nossos sujeitos.

O que agora dizemos está de acordo com o paradigma construtivista e com a teoria do curso de vida para os quais é necessário perceber que a senioridade é construída ao longo da vida. Não pode ser compreendida apenas em função do envelhecimento imediato e visível nos últimos ciclos de vida, mas que deve ser entendida em função dos ciclos prévios, nomeadamente do início da vida adulta, e dos seus efeitos sobre saúde, a autonomia e a integração social. A adoção da perspectiva do curso de vida permitiu e permite ainda analisar o envelhecimento como resultante de trajetórias anteriores, especialmente as que relevam do campo profissional (Cabral *et al.*, 2013).

Tal como referiu Sebben (1996) tornar-se cidadão do mundo pode resultar ou advir da experiência migratória. Neste contexto, salienta-se que as aprendizagens resultantes da migração contribuem sobretudo (mas não só) para o crescimento da autonomia social e cívica, ou seja, para o desenvolvimento da cidadania. O contacto com práticas culturais diferentes, com meios mais urbanizados, com pessoas e ambientes laborais mais diversificadas permite, certamente, desenvolver o espírito crítico relativamente às práticas culturais e sociais do meio local de origem.

Atendendo à investigação empírica efetuada, constamos três subgrupos relativamente ao local de migração: um subgrupo que emigrou para França, outro que migrou para as ex-colónias e outro que migrou para as grandes cidades do litoral português.

Neste contexto, devemos dizer que o subgrupo dos nossos informantes que emigrou para França o fez numa época em que aquele país tinha um clima social e político onde se vivia em democracia quando em Portugal ainda existia um regime autoritário e não democrático. O subgrupo que migrou para as ex-colónias fê-lo num período de luta dos povos nativos pela sua independência. O subgrupo que migrou para as grandes cidades do litoral português fê-lo numa época em que aí se começaram a desenvolver lutas pelos direitos sociais, laborais e políticos. Estas experiências de vida são por nós consideradas uma condição de construção da autonomia e da cidadania nos sujeitos que viveram tais experiências de contacto com realidades políticas, culturais, sociais e laborais diferentes da realidade do seu local de origem. O próprio facto de tomar a decisão de partir (por si próprio ou devido à situação familiar) constitui uma afirmação de autonomia e crescimento pessoal e social. Tal como referem Freire (1972) e Carmo (2009, 2014), também entendemos que para se desenvolver como pessoa, qualquer indivíduo tem prioritariamente de aprender a ser autónomo, ou seja a ser sujeito da sua própria história construindo uma identidade pessoal a partir do seu potencial.

Durante o período de migração, o subgrupo dos nossos migrados nas cidades do litoral e o subgrupo dos emigrados em França tiveram contacto com contextos culturais menos tradicionalistas e menos rurais do que aqueles em que tinham nascido e vivido durante uma parte do início da sua vida. Este contacto com meios mais urbanizados, onde existiu e existe, à partida, uma maior divulgação do conhecimento científico e um maior apoio sanitário devido à existência de uma rede de cuidados de saúde mais vasta, contribuiu para que os sujeitos desenvolvessem os seus conhecimentos, aptidões e preocupações no campo da preservação da saúde. Este contexto mais urbanizado e desenvolvido contribuiu também para a adoção de estilos de vida mais saudáveis, nomeadamente, em termos de alimentação, de exercício físico e de prevenção de doenças.

No entanto, a influência da experiência migratória não se limita ao campo da saúde. O contacto com estilos de vida mais urbanizados e com contextos sociais e laborais em que existe uma maior consciencialização dos direitos das pessoas (enquanto trabalhadores e enquanto cidadãos) acabou por contribuir para um desenvolvimento da autonomia em termos sociais e para um crescimento da cidadania nos grupos migrantes.

Ainda sobre a questão acima, devemos dizer que o subgrupo dos nossos informantes que esteve migrado nos territórios das nossas ex-colónias (regiões que, genericamente, não poderiam considerar-se desenvolvidas, nem industrializadas, e que não viviam em democracia) sobretudo devido à sua mobilização para a guerra colonial, teve que desenvolver algumas aprendizagens conducentes à preservação da autonomia e da própria saúde.

Neste contexto, é de referir a aprendizagem feita pelos mancebos durante a preparação militar em que se transmitiam também ensinamentos no campo da manutenção da saúde, da autonomia física, do evitamento de determinadas doenças e da preservação da própria vida.

Sem querermos de modo algum fazer a defesa da guerra ou do treino militar, relembramos que muitos dos soldados que fizeram treino militar para a guerra colonial também alargaram a sua escolarização durante essa mesma formação. Os recrutas que eram analfabetos aprenderam a ler durante a instrução militar. Chama-se a atenção para o facto de que o analfabetismo constituiu um fenómeno prevalente em Portugal durante séculos. Em 1960 ainda existiam aproximadamente 33% de analfabetos no nosso país (INE, 2009).

Para além das aprendizagens para a autonomia feitas durante a preparação militar (esta aprendizagem foi feita apenas pelos homens devido à situação de exclusão do serviço militar vivida pelas mulheres), todo o subgrupo dos nossos informantes que migrou para as ex-colónias (homens e mulheres) também teve oportunidade de contactar com outras culturas, nomeadamente as culturas indígenas das populações africanas. Este contacto com realidades culturais e sociais diferenciadas das de origem dos indivíduos

também contribuiu para um enriquecimento pessoal e para perspetivar a cultura local, de origem, de forma crítica.

No conjunto dos nossos entrevistados, quer os que migraram para as cidades do litoral, quer os que migraram para as ex-colónias e os que emigraram para França, todos eles conheceram ambientes culturais, sociais, políticos e laborais mais heterogêneos e tiveram a possibilidade de construir uma aprendizagem prática sobre a diversidade. Entendemos, tal como outros (por exemplo, Carmo 2009 e 2014) que o conhecimento da alteridade e a aprendizagem para lidar com a diversidade possibilitou o desenvolvimento da autonomia em quem viveu tais experiências.

Chama-se a atenção para o facto de não se pretender fazer aqui, de maneira alguma, a apologia da emigração para aquisição de maior autonomia na senioridade. Apenas constatamos algumas situações em que a migração contribuiu de alguma forma para incrementar a autonomia dos sujeitos implicados. Recordamos que a generalidade dos nossos entrevistados emigrou por necessidade pessoal ou por necessidade da sua família e devido à precaridade das oportunidades laborais na zona geográfica de origem. Devemos também salientar que muitos dos nossos informantes (sobretudo os que estiveram migrados em França e nas ex-colónias) referiram o seu tempo de emigração como uma época de grande esforço e sacrifício pessoal e familiar e como um período da vida em que se trabalhou arduamente mas durante o qual se aprendeu.

Referências

- Alencar-Rodrigues, R.; Strey, M.; & Pereira, J. (2007). Experiência migratória: encontro consigo mesmo? Percepções de brasileiros sobre sua cultura e mudanças pessoais. *Aletheia* [On-line], nº 26 (Julio-Diciembre), pp. 168-180. Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=115013567014>, ISSN 1413-0394, [consultado em: 15-1-2014].
- Cabral, M. V. et al. (2013), *Processos de envelhecimento em Portugal. Usos do tempo, redes sociais e condições de vida*, Lisboa: Fundação Francisco Manuel dos Santos.
- Carmo, H. (2009), "Educação intercultural e educação para a cidadania: uma aproximação teórica". In *Seminário sobre Diversidade Cultural, Educação e Cidadania*, Lisboa: CEMRI / UAB.
- Carmo, H. (2014), *Educação para a cidadania no século XXI*, Lisboa: Escolar Editora.
- Dias, M. G. E. F. (1996), *Tarefas Desenvolvimentais e Bem-Estar Psicológico dos Jovens*. Tese de Doutoramento, Porto: Universidade do Porto, Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação.
- Elias, N. (2001), *A solidão dos Moribundos, seguido de "Envelhecer e morrer"*, Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.
- Dannefer, D. & Uhlenberg P. (1999), "Paths on the life course: a typology". In: V. Bengston & K. Schaie (Org.), *Handbook of Theories of Aging*, New York: Springer Publishing Company, pp. 306-343.
- Faleiros, V. (2013), "Autonomia Relacional e Cidadania Protegida: Paradigma para envelhecer Bem". In M. I. Carvalho (Coord.), *Serviço Social no Envelhecimento*, Lisboa: PACTOR, pp. 35 - 48.
- Freire, P. (1972), *Pedagogia do oprimido*, Porto: Afrontamento.
- Gubrium, J. F. & Holstein, J. A. (1999), "Narrative practice and the coherence of personal stories". *Sociological Quarterly*, 39(1), pp. 163- 187.
- Havighurst, R. (1968), Patterns of Aging. *The Gerontologist*, 8, pp. 20-23.
- INE (2009), *50 Anos de Estatísticas da Educação em Portugal*, 3 vols., Lisboa: INE.
- Martins, A. M. (2001), *Autonomia e gestão da escola pública: entre a teoria e a prática*. Tese de Doutoramento, Campinas: Faculdade de Educação, Unicamp.

- Ollivier, B. (2005), Autonomia. In J. Barus-Michel, E. Enriquez & A. Lévy, *Dicionário de Psicossociologia*, Lisboa: CLIMEPSI.
- Ramalho, J. (2003), *Desenvolvimento da Autonomia e da Identidade nos Jovens Portugueses com Experiência Migratória*, Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian / Fundação para a Ciência e Tecnologia.
- Sampieri, R.; Collado, C. & Lucio, P. (2006), *Metodologia de Pesquisa* (3ª ed.), São Paulo: McGraw-Hill.
- Sebben, A. (1996), Tornar-se cidadão do mundo é resultado de uma experiência migratória?. *Psico*, 27(1), 129-141.
- Sebben, A. (1997), *Um estudo exploratório de intercambistas que viajaram em programas de high school*. Dissertação de Mestrado, Florianópolis, SC.: Universidade Federal de Santa Catarina.